



Linguística Queer

Que tiro é esse, viado?

Iran Ferreira de Melo (UFRPE/NuQueer)

Claro, há quem não abra mão da ideia que os linguistas fariam melhor se seguissem os velhos caminhos, o que significa manter uma distância de todos os temas polêmicos e questões éticas que emergem do seu próprio trabalho. Esperamos que a passagem do tempo e a percepção de nossa limitada relevância ajudem-nos a enxergar para além do véu da ilusão.
(SILVA & RAJAGOPALAN, 2004)

Resumo

Este texto apresenta introdutoriamente o que seria a abordagem hifenada que temos chamado de Linguística Queer. Busco aqui apresentar, de forma panorâmica, a contextualização histórica dessa perspectiva de estudos, atrelando-a aos Estudos Queer, e exponho de maneira sucinta exemplos de objeto de investigação que podemos considerar ser do o escopo dessa abordagem de interface. O principal objetivo é expor de forma simplificada o potencial de estudos da Linguística Queer para a pesquisa dos estudos da linguagem em geral e, em particular, dos estudos que se debruçam sobre a importância da linguagem para a desconstrução de mitos em relação a gênero e sexualidade.

Palavras-chave: linguística, queer, gênero, sexualidade

Breve introdução

Tem sido muito divulgada entre nós a ascensão dos chamados Estudos Queer, aqueles que interrogam as normalizações sociais, especialmente as ligadas às questões de gênero e sexualidade. Também tem sido muito conhecido o quanto essa abordagem de estudos vem influenciando diferentes campos de conhecimento. Eu mesmo, em minhas jornadas por eventos que tratam do assunto já percebi o adjetivo “queer” sendo empregado pelo menos para uns quatro campos diferentes. Não sei se foi numa das edições do evento internacional da Associação Brasileira de Estudos da Homocultura ou se foi na segunda edição do Seminário Internacional Desfazendo Gênero que eu assisti a uma comunicação apresentando o que conheci como Pedagogia Queer.

- No Ssex Bbox brasileiro de 2017, eu me inscrevi num minicurso sobre Jornalismo Queer.
- Em minhas peregrinações por Recife, tenho me aproximado de uma abordagem chamada Letramento Queer.
- Ao voltar a estudar teatro recentemente fiquei sabendo de uma vertente contemporânea da cena, intitulada Teatro Queer.





Agora aqui venho eu tratando de Linguística Queer. Será que o diacho desse epíteto, “queer”, vai dominar o mundo, minha gente?

Pode ser que você esteja pensando: lá vem mais um professor querer instituir reserva acadêmica com a proposta de criar um campo de atuação de pesquisa. Antes de mais nada, antecipo que essa não é a minha intenção aqui. Os interesses de quem advoga por essa estratégia é demarcar políticas institucionais, que, claro, dentro da lógica neoliberal das universidades, também demarcam aquisição financeira e prestígio social – aos moldes da necessidade de um fazer linguística que se diz científico, como denunciavam, há muito, Harris (1981) e Cameron (1990). Num país tão fragmentado em termos de políticas educacionais e sociais e com o desafio de mudar a sua história agora mais do nunca, entendo que qualquer mecanismo de tomar para si potentes saberes de transformação social – demarcando políticas identitárias de caráter epistêmico – é obsceno demais para um projeto de mundo melhor.

É verdade que venho conversar um pouco a partir de um lugar já muito demarcado dentro das áreas de conhecimento familiares a nós. Falo como professor de Letras e mais especificamente como profissional da Linguística, abordagem que, nesse começo de século, já representa um conjunto imenso de disciplinas, com diferentes recortes de objeto, mas que ainda carrega o ranço – como muitas outras searas científicas – de um tratamento positivista sobre a investigação da vida social e de uma postura conservadora (machista, cis-heteronormativa e racista) por parte da composição de muitos institutos e projetos de pesquisa.

De acordo com Pennycook (2004), a Linguística tradicionalmente impõe a si própria os seguintes limites: a exigência de cientificidade; um paradigma excludente e inflexível; normativismos; falta de autorreflexão. Por isso, este meu lugar de fala e, claro, a representação do que ele significa podem soar como mais um discurso de disciplinarização e encerramento do conhecimento, faces tão opostas à promessa de desengajar os saberes, pluralizar as ações no mundo e, como nós da Linguística Aplicada gostamos de dizer: mais do que interdisciplinar ou transdisciplinar, uma promessa de INdisciplinar os currículos e as políticas. Nesse sentido, aviso que venho aqui em missão de

- avaliar os limites e os potenciais das diferentes abordagens que dispomos para contribuir com questionamentos sobre as práticas de violência e abjeção dos corpos historicamente marginalizados,
- mas também apresentar algumas possibilidades de intervenção crítica sobre essas práticas.





Não farei isso por meio da exposição de uma disciplina ou de um campo, farei enviesado por uma perspectiva de como linguistas desobedientes podem se comportar diante dos tradicionais estudos da linguagem, seja “fazendo a Linguística” (para aludir a uma fórmula do pajubá); seja DESfazendo a Linguística, como uma maneira – aos moldes do que costumamos dizer – de investigar o escopo da linguagem no processo de manutenção ou mudança social, trabalho ainda marginal dentro dos estudos da linguagem, mas feito por algumas abordagens a exemplo da Análise Crítica do Discurso.

Nesse sentido, assumirei aqui o papel de um linguista que – mesmo reconhecendo que a história dos estudos científicos da linguagem se apresenta como fundamentalmente normativa (TAYLOR, 1990) – engaja-se num projeto de mudança de estruturas sociais opressoras, envergonhando, assim, a tradição dos estudos linguísticos ao pensar que podemos desenvolver uma Linguística para e com o universo queer. Trata-se de uma nova perspectiva de investigação social que adota a linguagem como um elemento tão essencial e constitutivo quanto, muitíssimas vezes, imperceptível aos nossos olhos agudos sobre as desigualdades sociais e faz dela um objeto e um saber sobre as operações que tornam determinados corpos precários, principalmente aquelas operações que exterminam vidas por ódio à diferença de gênero e sexualidade (MELO, no prelo). Essa perspectiva chamarei de Linguística Queer.

Como efeméride dessa nova perspectiva, quero lembrar que acabamos de completar vinte anos de uma publicação que consideramos seminal para rastreamos um marco na socialização de conhecimento que aproxime os estudos aplicados da linguagem das epistemes transviadas/queer. Estou me referindo à publicação de 1997 de Anna Livia e Kira Hall, *Queerly Phrased: Language, Gender and Sexuality* – livro que, saindo das amarras de uma Linguística que ainda entendia gênero e sexualidade como as mesmas coisas e não refletia sobre o papel da linguagem na construção dessas duas dimensões da vida humana, tornou-se a pedra fundamental para linguistas intervirem mais e mais nas discussões de outras cercanias do conhecimento que já tinham alargado suas visões sobre as performances da vida e já experimentavam conhecimentos tidos como cunhados pela Linguística do século XX.

Mas o que vieram fazendo esses e essas intrometidos/as linguistas? Afinal, àquela altura, a análise do papel dos usos linguísticos na reprodução e transformação dos sistemas dominantes que produzem inteligibilidade à construção de gênero e sexualidade já vinha sendo desenvolvida cada vez mais por uma série de áreas de conhecimento (Psicologia, Filosofia, Pedagogia, entre outras). Falar de linguagem necessitava mesmo de mais alguém, que se dissesse linguista, para avalizar os caminhos que estavam sendo percorridos nos





Estudos Queer? Bom, eu vou tentar responder a essa minha pergunta mais adiante, usando a minha explanação aqui como macroato de fala que servirá de resposta.

1. Contextualizando o campo queer

As últimas décadas testemunharam uma explosão de interesse sobre performances de sexualidade e gênero que foi transformada em objeto de estudos de diversas áreas – por exemplo, Antropologia, Sociologia, Psicologia – e constitui-se, dessa maneira, numa questão a ser pesquisada, questionada, diagnosticada, normatizada de várias formas. Essa explosão consiste no reflexo de mudanças sociais profundas que têm nos realçado a diversidade de significados de categorias sexuais e de gênero. Tais significados constituem uma preocupação para as ciências sociais que, no afã de caracterizá-los, vêm-se em um campo onde as delimitações não são claras e as fronteiras são frequentemente ultrapassadas e/ou sobrepostas, o que acaba por produzir interpretações estreitas. As tentativas, portanto, de caracterizar as expressões polimorfos de sexualidades e gênero acabaram por nos fornecer explicações baseadas em categorias inertes que constituem o binarismo de gênero que organiza as sociedades ocidentais. Podemos ser homens ou mulheres heterossexuais, quem escapa dessa dicotomia é tido/a como desviante ou é descrito/a a partir dessa dicotomia.

Sendo assim, sob o esteio cultural desse modo de representar a sexualidade, quando alguém nasce, em nossa sociedade, cria-se uma série de expectativas a respeito do comportamento social e da performance sexual apropriados que a pessoa deve seguir no decorrer de suas vidas. Tais expectativas são impostas por meio de vários mecanismos ideológicos, fazendo com que meninos e meninas sejam, desde cedo, submetidos/as a “um tratamento diferenciado que os ensina os comportamentos e emoções considerados adequados. Qualquer ‘desvio’ é reprimido e recupera-se o ‘bom comportamento’” (FRY & MACRAE, 1985, p. 11). Nascemos machos e fêmeas e a cultura dessas sociedades nos faz homens e mulheres. Mais ainda, torna-nos seres masculinos e femininos e estabelece as fronteiras entre a identidade dominante e as outras consideradas subversivas e, por isso, periféricas, ou seja, marginais do lugar simbólico de poder e prestígio social que o mundo ocidental contemporâneo erige (FÍGARI & DÍAZ-BENÍTEZ, 2009).

Essas identidades periféricas, em geral, transgridem a relação de congruência sexo-gênero-desejo construída culturalmente (BUTLER, 1990), matriz linear que corresponde à classificação de pessoas cujo sexo biológico é coerente com a sexualidade/desejo dirigida a





peças do sexo biológico oposto e cujas expressões de gênero estão diretamente ligadas aos modos de viver essa sexualidade, atrelando a masculinidade à vivência sexual/erótica de homens biológicos com mulheres biológicas e a feminilidade à experiência contrária. É essa matriz que posiciona a sociedade a definir esses homens biológicos e que desempenham o papel de ativos no ato sexual (aqueles que penetram as mulheres e compõem o grupo dos dominantes) como verdadeiramente homens, e todos os outros, que nasceram biologicamente homens (machos) – mas que não preenchem esse perfil –, como “bichas” ou (trans)“viados”, identidade subversiva ao “normal” (FRY, 1982).

Nessa matriz, o ato sexual é percebido estritamente em termos hierárquicos, pois “a ideia é que quem penetra é de certa forma vencedor de quem é penetrado” (FRY & MACRAE, 1985, p. 48). Segundo esse modelo normativo e hierárquico, também em atividades homossexuais, o indivíduo que assume o papel ativo no ato sexual (o verdadeiro homem), ou seja, pratica a penetração anal em seu parceiro não tem seu *status* social de masculinidade abalado (e é considerado vencedor), mas àquele que assume papel passivo atribui-se a posição social estigmatizada de inferioridade (portanto, perdedor) (MARIANO & GROTZ, 2011). Do mesmo modo, concebe-se uma versão desse modelo à mulher que se relaciona afetivo/sexualmente com outras mulheres. Entretanto, aquela que ocupa papel sexual ativo é marginalizada por estar fora do paradigma dominante do gênero, sendo considerada, por isso, menos mulher, já a outra que ocupa papel feminino não tem sua feminilidade questionada (GREEN, 2000), estando essa questão indivisivelmente ligada ao machismo.¹

Essa hierarquia de sexualidade e de gênero, articulada a partir da oposição macho/masculinidade/atividade sexual versus fêmea/feminilidade/passividade sexual, busca englobar compulsoriamente todas as categorias e identidades sexuais. Quem não se enquadra é percebido/a como uma espécie híbrida e dissidente do cânone cultural. Entretanto, em geral, esse referido padrão de identidade periférica vem se mostrando, ao longo dos tempos, como agente desestabilizador da homogeneidade e hierarquia dos comportamentos sexuais/eróticos e das performances de gênero instituídos pelo modelo hegemônico, contrariando valores e “representando uma verdadeira revolução dos costumes, na medida em que questiona, ameaça e pode destruir os [...] alicerces em que se escoram a moral e a sexualidade na cultura tradicional do Ocidente” (MOTT, 2001, p. 02). Por isso, tal pensamento nos obriga a repensar

¹ Ainda sob essa lógica, é tido como natural que o homem que se relacione afetivo-sexualmente com outro apresente traços do considerado comportamento feminino e, da mesma forma, a mulher que se relacione afetivo-sexualmente com outra expresse traços do chamado perfil masculino.





diversos axiomas fundantes de nossa cultura hodierna, que, de forma irrefletida e perversa, persistem em nossa ideologia e *modus vivendi*.

No entanto, com o advento da Teoria Queer, as identidades não-normativas têm sido discutidas sob um novo e libertador prisma. Pesquisadores/as de diversas áreas vêm questionando as perspectivas tradicionais que têm norteado as investigações sobre sexualidade e gênero nas ciências humanas (por exemplo, PRECIADO 2002; LOURO 2001; PARKER 2002). Esses questionamentos, em última análise, referem-se às limitações impostas por categorias estanques e hegemônicas – como homem e mulher – que castram as potencialidades identitárias de alguns indivíduos que dessas categorias não participam. Várias áreas já aderiram a tal perspectiva, pois ela tem se mostrado eficiente para a investigação de identidades não-normativas. Uma dessas áreas é a Linguística que, desde a segunda metade dos anos 1990, traz novas vozes para a investigação.

Na próxima sessão, esmiuçarei os principais construtos teóricos, analíticos e metodológicos da Teoria Queer, a fim de, a seguir, associá-los aos estudos linguísticos da Linguística Queer.

2. Descortinando a Teoria Queer

Para tentar entender o que vem a ser a Teoria Queer (TQ), é importante esclarecer o significado do lexema inglês que compõe o nome da área. “Queer” pode ser traduzido por “esquisito”, “estranho”, “raro”, “ridículo”, “excêntrico”. Contudo, o termo ficou mais conhecido na língua inglesa como uma forma pejorativa de se referir a mulheres e homens homossexuais. Um insulto lesbo-homofóbico que, a partir do final da década de 1980, foi apropriado por grupos que pretendia resignificá-lo em uma ação política que afirmava “We’re queer, we’re here, get used to it!”. Nesse momento, teóricos/as gays e lésbicas também se apropriam do termo para referir-se ao que se costumava chamar de Estudos Gays e Lésbicos. Com efeito, o termo “queer” passou a ter dois significados distintos, mas interligados: 1) refere-se a grupos de gays, lésbicas e transgêneros de modo abrangente; 2) refere-se à área de estudos sobre esses grupos (BORBA, 2015).

No entanto, com a publicação do livro “Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity”, em 1990, escrito pela filósofa Judith Butler, o significado da palavra “queer” é expandido e novamente resignificado. Como nos explica Louro (2001, p. 546), “queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier [...]. Queer





representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora”. Nessa abordagem, adotar uma perspectiva queer é ter uma visão crítica, por exemplo, dos discursos sobre sexualidade que normatizam uns e marginalizam outros. Um dos principais construtos teórico-metodológicos dessa teoria é a desnaturalização do que é considerado normal no discurso. Os padrões de normatividade são construções discursivas com viés político que visa à marginalização dos que com ela não se identificam (KATZ, 1996). Esses padrões são constantemente repetidos e reiterados para dar o efeito de natural. Esse efeito é performativo, isto é, tem o poder de produzir aquilo que nomeia e, assim, repete e reitera normas de gênero, de sexualidade e tantas outras.

A noção de performatividade foi construída inicialmente pelo filósofo da Linguagem John Austin em sua Teoria dos Atos de Fala, quando ele afirma que, ao falarmos, não só descrevemos o mundo, mas agimos sobre ele, fazemos coisas usando o discurso. Tomando por base essa teoria para pensar como performamos gênero social a partir de uma ação individual da linguagem, Butler (1990) desenvolve uma filosofia importante para a TQ. Segundo ela, a performatividade de gênero ocorre por meio do processo de estilização repetida dos corpos. É, assim que criamos nossas identidades.

As performances de gênero, para a autora, são reguladas por discursos que estabelecem como homens e mulheres devem agir – isso identifica, segundo ela, na nossa sociedade, o que chama de heteronormatividade. Essas regras limitam as potencialidades dos gêneros circunscrevendo-os a um binarismo castrador. E, como já disse aqui, quem ousar subverter isso é considerado/a abjeto. Contudo, de acordo com Louro (2001), esses sujeitos abjetos, exatamente por subverterem as normas de gênero “são socialmente indispensáveis, já que fornecem o limite e a fronteira, isto é, fornecem o ‘exterior’ para os corpos que ‘materializam a norma’, os corpos que efetivamente importam” (p. 549).

Para uma mudança que desestabilize e destrua a lógica binária de gênero e seus efeitos controladores – a exclusão, a hierarquia, a classificação, a dominação, a segregação –, eis as propostas da Teoria Queer como epistemologia e método de análise e crítica sociocultural. Numa realização desse projeto, surge a Linguística Queer.

3. A entrada da Linguística na ciranda subversiva queer





Os esforços feitos, por muito tempo, acerca da linguagem na pauta das pesquisas sobre identidade e diferença, seja em que campo fosse, sempre se importaram em entender as macroestruturas da linguagem como fonte de sentido das práticas sociais,

- buscando compreender como as palavras produzem representação hegemônica no contínuo de repetição de um mesmo campo semântico dentro de um texto;
- tentando traçar um delineamento do discurso a partir da significação emergente que um dizer institucionalizado explicita no decorrer da história;
- examinando variadas semioses e seu papel ideológico na construção de um aparato cognitivo sobre a vida social.

Enfim, não há dúvidas de que diferentes abordagens estão, há décadas, munidas de saberes sobre a linguagem e sua relação com as práticas de vulnerabilização dos corpos a ponto de postularem categorias epistemológicas importantíssimas e eficientes para desenvolvermos um arcabouço investigativo sobre as subalternidades do mundo contemporâneo.

No tocante mais especificamente aos chamados Estudos Queer, é fato que estes já avançam em relação aos estudos anteriores sobre gênero, sexo e sexualidade na medida em que defendem que essas dimensões da vida humana são constituídas por discurso. O processo de construção discursiva quando atribuímos sentido aos corpos importa demais aos Estudos Queer. Nessa perspectiva, todas as teorias queer são, em menor ou maior grau, estudos sobre a linguagem. Um dos pontos mais importantes para a uma teoria queer é demonstrar as maneiras que pressuposições heteronormativas relacionadas a categorias identitárias pré-definidas são parte de um discurso social de dominação.

Portanto, é perfeitamente possível pensar, por exemplo, que um comunicólogo ou uma socióloga, ou até qualquer profissional de uma seara que não seja considerada afim com os estudos ditos das humanidades, se utilize da linguagem como conhecimento para solucionar problemas que afetam vidas vulneráveis numa abordagem das teorias queer. Isso porque tais teorias não descrevem a realidade do que vivemos, mas as normas que pesam sobre nós acerca dessa realidade e, mais especificamente, as normas de construção das diferenças e das identidades humanas que fabricam a subalternidade dos corpos. Tais normas nos dizem o que devemos fazer para sermos quem somos e não são perpetuadas sem linguagem, mas, ao contrário, nascem e se compõem no discurso ou, como costumamos falar, performativamente.

O que são essas normas senão práticas discursivas?





Normas ou práticas discursivas que são repetidas em diferentes ordens sociais:

- na práxis da ciência;
- na educação de todos âmbitos;
- na formação religiosa;
- no mercado;
- na mediação da comunicação de massa;
- na arte;
- nos comportamentos eróticos.

Contudo, a Linguística hoje se vê convidada a colocar a sua tradição de estudos sobre textos, variação linguística, enunciação e outros tantos conhecimentos já descobertos à disposição de uma linda ciranda subversiva, na quebra dos modelos autoritários sobre as vidas humanas. Com isso, ela quer somar forças para, numa relação de troca irmanada pelos ideais de uma sociedade mais justa, dividir as suas lentes epistêmicas com todas as pessoas tributárias dos Estudos Queer. Nesse sentido, a resposta à minha pergunta anterior é “sim”.

Nossa ideia não é fazer isso impondo máximas, teorias ou axiomas, e sim se oferecendo como perspectiva, isto é, ofertando um outro ângulo, uma nova narrativa como maneira de olhar. É verdade que, ao dizer isso não estou dizendo pouco. Propor uma perspectiva é, certamente, desafiador ao passo que consideramos o discurso como uma das amálgamas de formação da realidade e, assim, entendemos que não há nada pré-discursivo, tampouco as identidades e performances sexuais e de gênero. Partilhamos da premissa básica pós-estruturalista de que tudo se constitui no discurso. E a Linguística Queer, portanto, joga luz à linguagem quando investiga e combate as violências que tornam os corpos precários.

Quero dizer, então, que esse “tiro” de Linguística Queer é um nome que escolhemos para a responsabilidade que assumimos, como linguistas, ao entrar na roda, de mãos dadas com diferentes outras perspectivas; para somarmos na reflexão sobre os mecanismos que precarizam corpos e para apontar saídas de reversão dessa situação na ativação da potência desses mesmos mecanismos.

Não se pode dizer que a LQ seja o estudo de uma categoria pré-definida e bem delimitada. O que se quer é criar inteligibilidades sobre como construímos, negociamos e estruturamos nossas identidades dentro de sociedades que impõem determinadas maneiras de ser. Nessa perspectiva, práticas discursivas que envolvem indivíduos são entendidas como parte de uma estrutura de dominação que se confunde com essas práticas, criando-as e sendo resultado delas. Nossos discursos ajudam a construir as normas.





Segundo Borba (2015), a LQ surgiu com a publicação de “Queerly Phrased: Language, Gender, and Sexuality”, em 1997, por Livia e Hall, uma coletânea de artigos que versam sobre a construção discursiva de identidades sexuais a partir da Teoria dos Atos de Fala. Livia e Hall argumentam que o conceito de performatividade é essencial no campo dos estudos da linguagem. Segundo as autoras, embora Butler tenha derivado o conceito de teorias linguísticas, ela não está interessada em analisar como o queer emerge da linguagem.

Nós, linguistas queer, em tempos tão sombrios, almejamos propor possibilidades de categorias analíticas e incorporadoras da linguagem. Podemos tomar como exemplo uma dessas categorias que ajudam a entender processos de naturalização, normatização e resistência nas conjunturas de abjeção dos sujeitos: o simulacro discurso como estratégia de reconfiguração da prática social;

Podemos dizer que o uso da linguagem é sempre formado por diferentes vozes (discursos que historicamente ajudaram a construir esse uso). Para entender ou produzir um texto, sempre mobilizamos essas vozes mesmo que elas não fiquem explícitas. A essa característica da linguagem chamamos de heterogeneidade discursiva.

Para que fiquem explícitas, usamos recursos que indicam quando queremos apontar que uma palavra, uma sentença ou um texto inteiro são atribuídos a um enunciador que não somos nós. Dentre esses recursos estão as aspas, os verbos que significam dizer e outros.

Além de apontarem estruturas linguísticas, esses recursos também revelam as ideologias que marcam a posição dos outros enunciadores. Isso é compreendido ao mobilizarmos a nossa memória discursiva, isto é, ao ativarmos o que lembramos do modo como outros sujeitos falam e escrevem, bem como o que eles propõem ideologicamente. Mas, não significa que somos completamente passivos/as em relação a essas vozes; que apenas as consumimos, sem qualquer ação criativa sobre elas. Um exemplo de criatividade sobre tais vozes/discursos é a operação que chamamos de simulacro discursivo.

Essa operação é um recurso de heterogeneidade discursiva que funciona da seguinte maneira: Quando usamos uma palavra, uma sentença ou qualquer texto produzido para inferiorizar, rechaçar ou até insultar alguém, produzimos algumas estruturas que servem de modelo ou se tornam conhecidas por essas razões. Às vezes, os sujeitos que são alvo dessas ações mitigadoras fazem uso deliberado de tais estruturas para responder a essas ações, revalorizando-as ao atribuir sentido positivo e autoafirmativo a elas. Isso ocorreu, por exemplo, com a palavra “vadia” no contexto da Marcha das Vadias. No entanto – como em qualquer análise de discurso –, é preciso compreender, minimamente, a contextualização em





que ocorreu o uso linguístico, para entender a construção de sentido e o valor de qualquer operação com o discurso.

Em janeiro de 2011, na Universidade de York, no Canadá, um policial, falando sobre segurança e prevenção ao crime, afirmou que as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias, para não serem vítimas de ataque sexual empreendidos por homens. A reação de indignação foi imediata, pois esse pensamento transfere a culpa da agressão sexual para a vítima, insinuando que, de alguma forma, é a vítima que provoca o ataque. Foi assim que um grupo de mulheres feministas de vários países respondeu a essa situação criando uma passeata de protesto que ficou nomeada, no Brasil, como Marcha das Vadias.

O que, do ponto de vista discursivo, fizeram essas mulheres? Reconfiguraram a palavra “vadia”, que, no discurso do policial canadense, significava uma representação negativa para elas, algo que as caracterizavam como pessoas que se vestiam de modo inadequado à vida social e que, por isso, são culpadas por qualquer agravo de cunho sexual que poderiam sofrer. Essa reação das mulheres não produz apenas uma mudança semântica, mas também e, sobretudo, uma mudança pragmática. Por meio dessa expressão do simulacro discursivo, elas transformam sua condição simbólica e passam da vergonha ao orgulho, do medo à celebração.

Esse acontecimento discursivo não altera a morfologia da palavra; o lexema continua o mesmo. O que é alterado é o discurso e, conseqüentemente, o valor social que ele produz. Porém, cabe ressaltar que essa mudança – aparentemente simples – é capaz de reformular representações sociais e apontar para, ainda que gradual, uma mudança social significativa, principalmente se levarmos em consideração que é no uso criativo que fazemos da língua que transformamos paradigmas e sepultamos a exclusão social e a violência.

Este é um exemplo ótimo de objeto da Linguística Queer. Como neste caso do simulacro discurso, o objetivo principal da Linguística Queer é investigar como indivíduos considerados não-normativos negociam suas identidades dentro das limitações discursivas das normatividades ao repeti-la ou subvertê-la através de suas performances linguísticas. Bucholtz e Hall (2004) asseveram que uma das características mais instigantes da Linguística Queer, de uma visão teórica, é que ela nos permite falar sobre ideologias, práticas e identidades como fenômenos interrelacionados sem perder de vista as relações de poder. Borba (2015) cita como exemplos de pesquisas nessa perspectiva os estudos de Barret (1998) sobre drag queens afro-americanas, Hall (1997) sobre as hijras indianas, Livia (1997) sobre a construção discursiva de uma transexual francesa, Queen (1997) sobre a identidade lésbica, Moita Lopes





(2006a) sobre as performances de masculinidade hegemônica em uma escola pública brasileira, Moita Lopes (2006b) sobre a construção da homossexualidade em um jornal popular carioca e Borba & Ostermann (2007) sobre a construção discursiva da identidade de travestis que se prostituem. Esses estudos nos mostram que a Linguística Queer interessa-se pela investigação de toda a extensão de identidades, ideologias e práticas que emergem de contextos socioculturais específicos e adversos. Dessa maneira, a Linguística Queer lança seu foco de atenção sobre o comportamento humano e pode nos dar a oportunidade de compreender como as sexualidades são estruturadas, construídas, controladas, negociadas.

A Linguística Queer é tributária ainda de fontes teórico-metodológicas provenientes da Sociolinguística, da Antropologia Linguística e das análises do discurso. Todas essas disciplinas enfatizam que a linguagem tem um papel mediador entre estruturas de poder e atividades humanas. Conforme Borba (2015), as investigações da Linguística Queer devem, em estudos etnográficos, salientar os atravessamentos identitários que constituem as sexualidades localmente construídas. Assim, por exemplo, não se é somente uma lésbica; mas sim uma lésbica, feminista, negra, de classe popular, secretária, com práticas sexuais sadistas etc. Dessa forma, ao analisarmos as práticas discursivas nas quais os indivíduos engajam-se podemos verificar a construção de um imenso leque identitário que, através de performances corporais e linguísticas, escapam as dicotomias homem/mulher, hetero/homo. Contudo, é crucial observar que, embora à primeira vista essas identidades pareçam escapar do binarismo, elas podem ser por ele moldadas.

Concluindo por enquanto

Queerificar os estudos linguísticos significa produzir uma visão mais nuançada e multifacetada de como todos/as aqueles/as que, em suas performances, de alguma forma, desestabilizam dicotomias identitárias, utilizando a linguagem para construir-se dentro das limitações heteronormativas dos discursos que impõem posições de sujeito naturalizadas. Essa queerificação pode ter efeitos decisivos no escopo do campo dos estudos linguísticos que têm, por muito tempo, reduzido seus sujeitos de pesquisa a indivíduos brancos, de classe média e ocidentais como se todos/as falantes assim o fossem e como se a linguagem utilizada por esses indivíduos fosse a única que merecesse ser investigada. Com o estudo de como queers utilizam a linguagem, a Linguística pode aumentar a compreensão do poder da





linguagem como um construto mediador e constitutivo de nossas identidades (MOITA LOPES, 2002).

Referências

BARRET, R. Markedness and style switching in performances by African American drag queens. In: MYERS-SCOTTON, C. (Ed.) **Codes and consequences**: Choosing linguistics varieties. New York: Oxford University Press, 1998. p. 139-161.

BORBA, R. Linguística *Queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. **Revista Entrelinhas**. vol. 09. n. 01. jan/jun. 2015.

_____.; OSTERMANN, A. C. Do bodies matter? Travestis' embodiment of (trans)gender identity through the manipulation of the Brazilian Portuguese grammatical gender system. *Gender and Language* 1(1): 129-145. 2007.

BUTLER, J. **Gender Trouble**: Feminism and the subversion of identity. New York and London: Routledge, 1990.

BUCHOLTZ, M.; HALL, K. Language and Identity. In: DURANTI, A. (Ed.) **A Companion to Linguistic Anthropology**. Oxford: Basil Blackwell, 2004. p. 268-294.

CAMERON, D. **Demythologizing Sociolinguistics**: Why language does not reflect society. In: JOSEPH, J.; TAYLOR, T. (Orgs.) *Ideologies of language*. London: Routledge, 1990. p. 79-96.

FÍGARI, C.; DÍAZ-BENÍTEZ, M. E. Introdução. Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. **Prazeres dissidentes**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 21-30. (Coleção sexualidade, gênero e sociedade)

FRY, P. **Para inglês ver**. Identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____.; MACRAE, M. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos)

GREEN, J. “**Mais amor e mais tesão**”. A construção de um movimento de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 20, p. 271-295. 2000.

HALL, K. “Go suck your husband’s sugarcane!”: hijras and the use of sexual insult. In: LIVIA, A.; HALL, K. (Eds.) **Queerly Phrased**: Language, gender, and sexuality. New York: Oxford University Press, 1997. p. 430-460.

HARRIS, R. **The language myth**. London: Duckworth, 1981.

KATZ, J. **A Invenção da heterossexualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.





LOURO, G. L. Teoria Queer: uma perspectiva pós-identitária para a Educação. **Revista de Estudos Feministas** 9(2): 541-553. 2001.

MARIANO, B.; GROTZ, F. **Homossexualidade**: uma categoria criada. Disponível em < <http://www.clam.org.br/publique> > Acesso em 01 de julho de 2011.

MELO, I. Características e princípios da Linguística Queer: carões e lacrações nos estudos da linguagem. In: BORBA, R. (Org.) **Discursos transviados**: por uma linguística queer. São Paulo: Parábola, no prelo.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas**. Campinas: Mercado de Letras, 2002

MOITA LOPES, L. P. On being white, male and heterosexual: Multiple positionings in oral narratives. In: SCHIFFRIN, D.; FINNA, A.; BAMBERG, M. (Eds.), **Discourse and Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006a. p. 288-311.

MOITA LOPES, L. P. “Falta homem até pra homem”: A construção da masculinidade hegemônica no discurso midiático. In: HEBERLE, V. M.; OSTERMANN, A. C.; FIGUEREDO, D. (Orgs.) **Linguagem e Gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: EDUFSC, 2006b. p. 131-157.

MOTT, L. A revolução homossexual: o poder de um mito. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 40-59, mar./mai. 2001.

PARKER, R. **Abaixo do Equador**: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PENNYCOOK, A. Os limites da Linguística. In: SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A linguística que nos faz falhar**. Investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004. p. 39-43

PRECIADO, B. Da filosofia como modo superior de dar por el culo. **Reverso Revista de Estudos Lesbianos, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros**. Madrid: Higuera Arte S.L. n.3. 2002

QUEEN, R. “I don’t speak spritch”: locating lesbian language. In: LIVIA, A.; HALL, K. (Eds.) **Queerly Phrased**. Nova York: Oxford University Press, 1997. p. 233-256.

SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.) **A linguística que nos faz falhar**. Investigação crítica. São Paulo: Parábola, 2004.

TAYLOR, T. Which is to be máster? The institutionalization of authority in the science of language. In: JOSEPH, J.; TAYLOR, T. (Orgs.) **Ideologies of language**. London: Routledge, 1990. p. 09-26.

